



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

ECOSSOCIALISMO E ECONOMIA DO ESTADO ESTACIONÁRIO: UM ESTUDO COMPARATIVO

HOMERO JORGE MAZZOLA
brmazzola@gmail.com

BRUNO GIOVANNI MAZZOLA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
bruno.mazzola@usp.br

ECOSSOCIALISMO E ECONOMIA DO ESTADO ESTACIONÁRIO: UM ESTUDO COMPARATIVO

Resumo

Mudanças ambientais têm despertado a atenção não somente da ciência, mas também de governos e da sociedade civil, em razão dos prognósticos pessimistas sobre o futuro da humanidade. Nesse contexto, surge o capitalismo tradicional como o principal responsável por esse *status*, e vários cientistas, pesquisadores, movimentos sociais e organismos locais e internacionais se posicionam a respeito, alertando sobre a necessidade urgente de mudanças na economia, na política e nas ações da sociedade civil. Aparentemente recente, o relacionamento problemático entre os seres humanos e a natureza já foi abordado por outros pensadores no passado, deixando um legado para a contemporaneidade sobre os riscos a serem enfrentados. Nesse sentido, vários pesquisadores têm feito também sua contribuição, com propostas de mitigação dos danos ambientais e de mudanças nas relações sociais, propostas utópicas, mas verossímeis. Duas dessas propostas são abordadas nesta pesquisa, o *Ecosocialismo* do pensador neomarxista Michael Lowy e a *Economia do Estado Estacionário* do cientista ambiental Stephan Harding. Partindo de uma conceituação de utopias e de uma abordagem sobre desenvolvimento sustentável, as duas proposições são apresentadas sucintamente através de seus aspectos mais relevantes, finalizando-se com um breve estudo comparativo de suas semelhanças. Espera-se dessa forma contribuir para uma maior conscientização sobre esta problemática.

Palavras-chave: economia do estado estacionário; ecosocialismo; mudanças ambientais

ECOSOCIALISM AND STEADY STATE ECONOMY: A COMPARATIVE STUDY

Abstract

Environmental changes have attracted the attention not only of science but also of governments and civil society, due the pessimistic predictions about the future of humanity. In this context, capitalism emerges as the main cause of this, and a number of scientists, researchers, social movements and local and international organizations are raising awareness about the urgent need for changes in the economy, politics and civil society actions. Recently, the troubled relationship between humans and the environment has been approached by other researchers in the past, leaving a legacy to contemporary about the risks to be faced. In that way many researchers have also made their contribution, with proposed mitigation of environmental damage and changes in social relations, utopian proposals, but credible. Two of those proposals are addressed in this study, the neo-Marxist thinker Ecosocialism Michael Lowy and the State Economy Stationary Environmental Scientist Stephan Harding. From a utopias conceptualization and approach on sustainable development, the two proposals are presented briefly through its most relevant aspects, ending with a brief comparative study of the similarities. It is hoped in this way contribute to a greater awareness of this problem.

Keywords: *steady state economy; ecosocialism; environmental changes*

INTRODUÇÃO

Estamos assistindo nesses últimos 40 anos a alterações ambientais nunca antes presenciadas na história da civilização humana. Essas mudanças influenciam também as relações sociais planetárias e aumentam o fosso existente entre classes sociais, separando ainda mais ricos e pobres (PNUD, 2011). Ao se pesquisar a gênese desses fenômenos verifica-se que, como já aceito pela maioria da comunidade científica, as causas são antropogênicas, centradas na produção e consumo humanos, fruto de mais de dois séculos de domínio do modelo econômico vigente, o capitalismo.

O quadro cada vez mais agravante dos impactos ambientais têm despertado a reação de amplos segmentos sociais ao redor do mundo, levando a um posicionamento crítico sobre o capitalismo e seu braço mais atuante, o neoliberalismo, cuja filosofia é a de maximizar o lucro beneficiando o capitalista, em detrimento do meio ambiente e da maioria da sociedade, através de uma exploração por vezes irracional dos recursos naturais e intensificação da exortação ao consumismo.

Como reação a esse *status quo* tem-se produzido algumas propostas para mudanças nas relações sociais e de produção, constituindo-se em utopias que poderíamos designar como potencialmente viáveis, dependendo, porém, de uma maior conscientização global. Com essa abordagem inicial defende-se o propósito desta investigação bibliográfica, que é a de prospectar duas dessas proposições. A primeira, de amplo conhecimento dentro das ciências sociais, é o *Ecosocialismo*, de orientação marxista, cujo início remonta ao final do século XIX. A segunda provém de uma fonte pouco conhecida, tendo origem na ciência biológica ambientalista, e denominada *Economia do Estado Estacionário*. Este estudo ficaria limitado se não fosse abordado o conceito de utopia e feita uma apresentação sucinta de desenvolvimento sustentável, como visto atualmente, que são também contemplados. Encerra-se o presente trabalho com uma análise das semelhanças entre as duas propostas e as considerações finais sobre esta investigação.

Face aos prognósticos de mudanças irreversíveis no cenário ambiental terrestre, que podem colocar em risco a continuidade da humanidade tal como a conhecemos, modelos sociais e econômicos alternativos ao capitalismo neoliberal têm sido propostos como forma de preparar a humanidade para o futuro, de forma a minimizar impactos para a vida planetária.

Assim, o objetivo deste estudo é apresentar e comparar dois desses modelos, o ecosocialismo de Michel Lowy e a economia do estado estacionário na versão de Stephen Harding, destacando as particularidades de cada modelo e um estudo comparativo entre ambos.

MÉTODO ADOTADO

O método escolhido para este texto seguiu o modelo ensaístico e tem uma conotação teórica. O ensaio teórico representa um estudo profundo sobre determinado assunto, onde o autor se aprofunda no tema expondo-o de forma lógica e reflexiva. Não há necessariamente uma pesquisa formal empírica, mas sim bibliográfica e os argumentos resultantes devem ter um alto nível de interpretação e julgamento pessoal. Exige muita informação cultural e maturidade intelectual, sendo muito usado para exposição de ideias científicas e filosóficas (SEVERINO, 2014). O professor Francis K. Meneghetti, em seu artigo “O que é um ensaio teórico?” discorre sobre as possibilidades que um ensaio apresenta para os pesquisadores:

[...] o ensaio, desde a época de Montaigne se tornou uma forma respeitável, sua novidade estava na louvação do eu. Sua razão de ser era a noção de que os pensamentos, sentimentos, incertezas, certezas e contradições de uma pessoa merecem divulgação e em seguida atenção de outras [...] da época de Montaigne até a atualidade, os ensaios adquiriram diversas formas e formatos, assim como são utilizados para diversos fins: literários, filosóficos, científicos etc. Essas variações nas formas e formatos, assim como a multiplicidade nas suas utilizações, levam a concepções e usos equivocados desse estilo e forma de refletir a realidade. Diferente do método tradicional da ciência, em que a forma é considerada mais importante que o conteúdo, o ensaio requer sujeitos, ensaísta e leitor, capazes de avaliarem que a compreensão da realidade também ocorre de outras formas. (MENEGETTI, 2011, p. 320-332)

O ensaio deve ser lido por sujeitos com espíritos livres de preconceitos, sem estarem dominados pelo formalismo da ciência. Aqui o leitor não encontrará a disposição formal de um estudo que segue a divisão e a lógica estabelecida pelas metodologias científicas tradicionais. No lugar do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados e da conclusão, no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas. Por conseguinte, o ensaio necessita de leitores preparados para compreender a sua importância para a formação do conhecimento na atualidade. Basta lembrar que o empirismo, o racionalismo, o positivismo e tantos outros conhecimentos que sustentam a base da ciência tradicional de hoje surgiram por meio de vários ensaios de pensadores e intelectuais. Logo, as perguntas fundamentais que orientam este ensaio são do tipo: o que é e quais as características, como se dá a construção, quais os elementos presentes no movimento de construção, quais as relações entre o ensaio e a administração de um ensaio? (MENEGETTI, 2011).

A decisão pelo ensaio não ignora os preconceitos que lhe são atribuídos pelo mundo científico, devido à hegemonia da ciência positivista, o que pode carrear um viés discriminatório contra este trabalho. Enfatiza-se, entretanto, que apesar dessa dificuldade intrínseca do caminho metodológico, respeitar-se-ão tanto os preceitos científicos atuais, como, e assim é permitido pelo ensaio, as interpretações e julgamentos pessoais do autor, o que envolve seus saberes, crenças e percepções. Conhecimentos científicos e subjetivos se constituem na matéria prima para se construir o caminho que permite chegar ao objetivo maior que move este trabalho, o aprofundamento do estado da arte sobre o conhecimento das possibilidades futuras para o sistema vivo e, particularmente, da humanidade.

REFENCIAL TEÓRICO

Utopia

O termo utopia nasceu da obra homônima do estadista inglês Thomas More, no século XVI, que descrevia uma ilha na qual vivia uma sociedade sem miséria e exploração, onde não se mentia, nem se oprimiam as pessoas, não havia intolerância, nem ódio, nem maldade, nem trabalho forçado, e era governada pelo rei Utopus o qual, para evitar qualquer contaminação da maldade exterior, havia isolado o país. Interessante ressaltar que utopia, palavra de origem grega, significa lugar não existente, cuja utilização por More foi proposital, pois se tratava de uma crítica aguda à Inglaterra de sua época (SZACHI, 1972).

Desde então o termo foi usado por inúmeros outros autores e posteriormente incorporado às Ciências Sociais, não como uma ficção, mas com o sentido de uma eterna busca humana em direção a uma sociedade mais justa, mais equitativa, comprometida com a natureza. Esta forma de se pensar desperta reações naturais de credos distintos, como o capitalismo, pois as utopias sociais colocam em cheque a sua hegemonia e continuidade. Afirmar a impossibilidade de propostas utópicas revela não somente subjetivismo ligado às ideologias dos críticos, como a falta de análises desinteressadas orientadas ao valor objetivo da proposta em questão.

A incapacidade de se enxergar além da realidade presente denota uma descrença em outros caminhos possíveis, senão hoje, em algum futuro provável. Essa é a missão da utopia, antecipar realidades, e em cujo socorro vem a própria história. Em que pese que muitas das propostas utópicas do passado não floresceram, há outras que se concretizaram, embora com mudanças em relação às formas imaginadas inicialmente. Se olharmos cuidadosamente nossa atualidade encontraremos, com certeza, modelos sociais e políticos cujas origens remontam a antigos utopistas, desacreditados por seus pares. Por exemplo, quem na Europa ocidental do século XIX poderia acreditar que as ideias socialistas de Marx se tornariam realidade na Rússia do início do século XX?

O conceito de utopia na atualidade tem um propósito desafiador, o de fazer oposição às relações dominantes existentes, orientadas à adequação das necessidades fundamentais da humanidade. Tem um compromisso moral e social, identificando erros e deficiências, buscando os meios de corrigi-los. Nesse contexto, o socialismo de Marx e Engels teve um grande papel, pois seu foco foi apresentar o lado sombrio do capitalismo e a possibilidade de se criar uma sociedade sem classes, mais justa e equitativa. Utopia significa, portanto, mais do que mitos e ficções, representa uma compreensão da realidade social e da proposição de estratégias orientadas a uma sociedade mais livre solidária e humana, integrada e em simbiose com os processos homeostáticos da natureza. Nessa linha de pensamento poderíamos designá-la mais apropriadamente não como simplesmente utopia, mas como realismo utópico, defendido por Luiz Wanderley:

Realista porque está ciente de grande parte das causas da situação em que os povos vivem, na qual enormes contingentes populacionais vivem na pobreza relativa e absoluta, e contingentes morrem de forma recorrente. As causas são geradas pelas mudanças contínuas do capitalismo e fortalecidas pela globalização hegemônica. [...] *Utópico*, tentando compor os sonhos e raízes, traduzindo o inédito viável freiriano em todas as latitudes e longitudes, detectando os sinais dos tempos, antecipando metas e caminhos. (WANDERLEY, 2010, p. 121).

Nessa discussão é fundamental enfatizar que vivemos um período crucial de transições sociais, no qual o crescimento irresponsável da produção e do consumo, e a administração executada pelas forças político-econômicas dominantes é por demais fluída e disseminada para se determinar o que o futuro próximo proporcionará à humanidade (FRANKEL, 1988). Prognósticos científicos alertam para riscos potenciais que podem comprometer nosso modo de vida atual (LOVELOCK, 2006). Há uma urgência de propósito para se retornar a um estado homeostático entre homem e natureza, orientado a se garantir um amanhã para a espécie humana, e isso passa necessariamente pela concretização de utopias, o que envolve sonhos e lutas:

Todo o amanhã, porém, sobre o que se pensa e para cuja realização se luta, implica necessariamente o sonho e a utopia. Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem sua concretização. [...] Na defesa da práxis do oprimido, ela se traduz

em unidade inquebrantável entre a denúncia e o anúncio. Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. (FREIRE, 2005, p. 84-85).

Dessa forma, a partir da conceituação do termo utopia já temos algumas ferramentas para iniciar a análise de duas propostas utópicas atuais, o *Ecossocialismo* e a *Economia do Estado Estacionário*, orientadas a buscar alternativas para os profundos impactos ambientais e sociais de nossa realidade. Outra ferramenta para essa análise é a abordagem do desenvolvimento sustentável, que representa uma corrente alternativa ao capitalismo ortodoxo, mas que tem sido alvo de críticas por parte dos movimentos sociais e ambientais que o consideram como uma manobra capitalista, uma tentativa de se “ecologizar” a economia.

Desenvolvimento Sustentável

O termo “desenvolvimento sustentável” é relativamente novo e ainda não consolidado no meio científico e econômico. Representa basicamente um conjunto de conhecimentos e práticas que apontam para uma nova visão administrativa e social em escala planetária e que está suportando uma nova orientação econômica. Entretanto, “desenvolvimento sustentável” revela em si uma contradição, como apresentado por Boff: “desenvolvimento é oriundo da economia excludente que hoje impera e sustentável vem da Ecologia que é includente” (BOFF, 2002, p. 55). Desenvolvimento Sustentável surge como uma alternativa de mitigação dos impactos ambientais causados em decorrência da filosofia produtivista dominante, que se impõe desde a Revolução Industrial, nascida no século XVIII, cujos desdobramentos resultaram em um modelo econômico hegemônico que perdura até nossos dias, o capitalismo. Criadas nesse contexto, as ideias econômicas liberais produziram um modelo de produção, baseado na livre iniciativa, em que o acúmulo de capital, a maximização do lucro e a priorização dos direitos da classe burguesa, têm sido princípios fundamentais.

O lucro, como meta prioritária, tem cobrado um alto preço, seja do meio ambiente planetário, seja da sociedade. O primeiro tem sido explorado de forma quase irresponsável pelas atividades empresariais, resultando em: exaustão de vários recursos naturais; ameaças de extinção de espécies; alterações na atmosfera e nos oceanos; mudanças climáticas, desertificação, entre outros. A sociedade, por sua vez, tem sido impactada pela filosofia capitalista do acúmulo de capital, fato agravado pelas tendências neoliberais das últimas décadas, que orientadas para a maximização de lucro alijaram praticamente governos de seu papel histórico, deslocando o poder para as grandes corporações, resultando no aumento do fosso entre ricos e pobres. Há que se reconhecer o papel positivo das riquezas criada pelo capitalismo, que parcialmente têm sido direcionadas a novas tecnologias e melhoria do padrão social, mas que também produziram uma profunda dicotomia social e econômica, separando ricos e pobres através de um abismo social que só tem sido agravado pelos problemas ambientais (PNUD, 2011). Em que pese a crença de pioneiros do capitalismo, como Adam Smith, Fayol e Taylor, entre tantos outros, na prosperidade generalizada que o capitalismo e a industrialização gerariam, o retrato atual mostra um quadro diverso, onde os 10% mais ricos detém 86% da riqueza mundial e os 90% mais pobres ficam com os 14% restantes (CREDIT SUISSE, 2013).

Infelizmente, os prognósticos científicos a respeito das mudanças ambientais são pessimistas. Estudos conduzidos pela ONU, por instituições de ensino e pesquisa, por entidades não governamentais, entre outros, vêm atestando a deterioração do quadro ambiental, o que afeta profundamente a sociedade global. Se já há motivos para preocupação, o que não dizer sobre as projeções de mais 2 bilhões de indivíduos que engrossarão a população da Terra até 2050. No cerne dessa discussão situam-se as atividades produtivas, núcleo do capitalismo, que retiram

recursos da natureza, processam-nos usando recursos humanos, repassam os produtos e serviços resultantes à sociedade para obter os recursos econômicos e financeiros que alimentam o capitalismo e, finalmente, devolvem resíduos dos processos de transformação ao meio ambiente, em condições diferentes das que foram retirados, obrigando o planeta a esforços extras para regenerá-los, em processos homeostáticos para manter o equilíbrio dos ecossistemas local e global. Com pequenas exceções, a crença produtivista aliena a humanidade, alavanca a destruição planetária, e mantém seu *status quo* devido a uma quase total ausência de articulação sistêmica por parte de uma sociedade que foge das questões complexas, necessárias para enfrentar adequadamente esta difícil situação. A construção da solução passa necessariamente pela prática de um diálogo universal, pela revisão de valores gerais, pela conquista de uma democracia participativa e, pelo respeito dos direitos de todas as outras formas de vida que não as humanas (MILANEZ, 2003).

Nem tudo está inerte, entretanto. Há reações sociais globais se nucleando em defesa do planeta e da humanidade, incentivando e conscientizando pessoas a mudar sua forma de pensar sobre a própria essência da vida e sua missão na Terra. Há quem diga que assistimos à concretização de uma utopia global, centrada em uma consciência ecológica profunda e no respeito à vida, o que conduz a um novo paradigma econômico e social, que conflita com o paradigma capitalista tradicional (CAPRA, 1989). Porém, a gênese e crescimento de um novo paradigma sempre ocorre em meio a turbulência e reação, o que levou Tomas Kuhn, criador do conceito de paradigma, a dizer que para um novo paradigma ser aceito gerações têm que ser renovadas (KUHN, 1987). Isto pode ser traduzido em um conflituoso, amplo e longo processo dialético, com forças capitalistas de um lado resistindo a mudanças no regime dominante, e defensores ambientais e sociais de outro, que lutam pela manutenção da vida planetária. Luta difícil, por vezes desigual, mas que tem a seu favor prognósticos científicos que recomendam a premência de ações de ordem política, econômica, social e ambiental, sob pena de colocar em risco a própria humanidade (LOVELOCK, 2006). Nas palavras de Milanez: “é um caminho alternativo [...] é o caminho da mudança paradigmática. É provável que ela aconteça de qualquer forma, seja pela conscientização suave ou pela catástrofe” (MILANEZ, 2003, p. 83).

Inúmeros estudos científicos que vêm sendo elaborados nas últimas décadas, detectando alterações ambientais que ameaçam a biodiversidade e aprofundam o fosso social, têm reforçado esses movimentos sociais de reação contra a crença e o modelo dominantes, influenciando uma nova consciência social e ecológica que, paulatinamente, está mudando a forma de se pensar o político, o econômico, o social e o científico, e que é caracterizada por um novo paradigma, o Paradigma da Sustentabilidade. Representa basicamente um conjunto de conhecimentos e práticas que apontam para uma outra visão social e econômica em escala planetária, representada pelo Desenvolvimento Sustentável, definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (ONU, 1987). Este movimento se estrutura em três dimensões básicas: a necessidade do lucro econômico, o compromisso com a justiça social e a responsabilidade social. Entretanto, há críticas contra essa abordagem que vem sendo apresentada como a grande solução para os problemas ambientais e sociais planetários, pois, para muitos, é simplesmente uma manobra capitalista para continuar acumulando capital e produzir lucro. Para uma parte dos ambientalistas o capitalismo está “ecologizando” a economia.

Prós e contras fazem parte da dialética social. Discussões construtivas devem ser feitas, propostas devem ser analisadas e avaliadas. A ressalva é para o pouco tempo que temos, pois os processos naturais seguem um caminho próprio, alheio às preocupações humanas. As duas

propostas a serem abordadas em seguida se aliam ao esforço de procurar alternativas para a humanidade. Embora de origens ideológicas distintas se aproximam através do compromisso em apresentar opções viáveis, em um momento de grandes dúvidas para a sociedade planetária.

Ecosocialismo

Michael Lowy representa na atualidade o grande teórico do *Ecosocialismo*, movimento social que se iniciou no final do século XIX, a partir de pesquisas pioneiras de alguns pensadores russos (Sergio Podolinsky e Vladimir Vernadsky), mas que ganhou maior força nos últimos 40 anos. Apesar de sua ideologia socialista, Lowy tem um posicionamento epistemológico aberto, recolhendo subsídios de outros pensadores das ciências sociais, como Fourier e Max Weber (LOWY e BENSAID, 2000).

O *Ecosocialismo* representa uma proposta socialista utópica orientada a enfrentar os crescentes problemas ambientais e sociais vivenciados pela sociedade global, resultantes de mais de dois séculos de regime capitalista, que com suas visões distorcidas das relações metabólicas entre homem e natureza e uso intensivo da racionalidade instrumental, tem explorando de forma irracional os recursos naturais e contaminado o planeta. Usa de artimanhas para manter-se hegemônico, rejeitando qualquer crítica à perseguição do lucro máximo ou do acúmulo de capital, deixando em segundo plano critérios como o bem estar dos operários, do meio ambiente ou o futuro humano. Responde às críticas de dilapidação do ecossistema afirmando que a tecnologia tudo resolverá e que o capital proverá os recursos monetários necessários. Tem como principal polaridade e repositório de críticas ideológicas o socialismo, cuja linha tradicional, porém, comete o mesmo pecado ao fazer do desenvolvimento das forças produtivas o principal vetor de progresso, compartilhando, ao menos parcialmente, as ideias produtivistas do capitalismo. É nesse contexto que o trabalho de Lowy se insere, pois propõe mudanças nas relações sociais atuais, sem se lastrear demasiadamente no socialismo ortodoxo, construindo uma proposta que renova o socialismo tradicional, suportada por pensadores de várias correntes disciplinares, mas principalmente em Marx, a partir de textos em que este apresentava dúvidas pessoais sobre o credo produtivista como fator de progresso e uma intuição de que o progresso poderia ser uma fonte de destruição irreversível da natureza. As palavras de Lowy corroboram esta ideia central do *Ecosocialismo*:

A questão ecológica é, em minha opinião, o *grande desafio* (grifo do autor) que, em vistas de sua renovação, o pensamento marxista deve enfrentar no limiar do século XXI. Ela exige dos marxistas uma profunda revisão crítica de sua concepção tradicional de ‘forças produtivas’, assim como uma ruptura radical com a ideologia do progresso e com o paradigma tecnológico da civilização industrial moderna. (LOWY e BENSAID, 2000, p. 232).

Marx, assim como Engels, deixaram textos em que revelavam uma visão crítica das forças produtivas, que certamente inspiraram Lowy. Em sua obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmavam que o desenvolvimento das forças produtivas pode atingir um estágio em que estas podem ser nefastas para as relações existentes, se convertendo em forças destruidoras. A atividade agrícola recebeu por parte de Marx maior atenção devido às devastações causadas pelo capitalismo no ambiente natural, e que pode ser comprovado pelo seguinte trecho de *O Capital*, volume 2:

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. [...] No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência. [...] Com a preponderância sempre crescente da população urbana que se amontoa em grandes centros, a produção

capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1996, v. 2, p. 132-133).

Foi a partir desses fundamentos marxistas que ganhou força o movimento ecossocialista, procurando, entretanto, corrigir a concepção otimista de Marx e Engels sobre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, injustificável atualmente, pois representa uma continuidade do desequilíbrio ecológico existente. O *Ecossocialismo* incorpora críticas às ações parciais de mitigação dos impactos ambientais e sociais efetivadas até agora pelas forças capitalistas, que além de serem pouco eficazes, colocam em risco, no médio prazo, a manutenção de nosso modo de vida. O *Ecossocialismo* propõe uma reorganização dos modos de produção e de consumo baseada em fatores alheios ao mundo capitalista, centrados nas necessidades reais da população e na proteção ao meio ambiente, que devem ser definidas por meio de processos democráticos pela própria população, e não em ambientes elitistas e distanciados do mundo real. Ele critica o posicionamento de movimentos operários, sindicatos, partidos sociais democratas e comunistas da Europa, que em sua concepção, continuam profundamente marcados pela “ideologia do progresso” e pelo “produtivismo, chegando mesmo a defender a produção automobilística e a energia nuclear. Indubitavelmente, esta é uma proposta utópica, mas as utopias são indispensáveis às mudanças, desde que sejam sedimentadas nas contradições da realidade e nos movimentos sociais reais. O *Ecossocialismo* combate a “ecologização” do capitalismo, considerado como uma manobra continuista de exploração econômica do sentimento crescente de preocupação da humanidade com seu planeta. Defende por sua vez, a Ecologia e sua contribuição em tornar cada vez mais transparente os reais perigos que ameaçam a Terra, em consequência do atual modo de produção e consumo, do crescimento exponencial da emissão de gases do efeito estufa, da contaminação do solo e da água, da desertificação de terras agriculturáveis, do desmatamento desenfreado e dos riscos ao ecossistema representados pelo aquecimento global. Todos esses fatores somados colocam a sociedade global no meio de uma crise de civilização, que exige mudanças radicais. Ao contrário de correntes ecológicas mais radicais que ou se iludem com um “capitalismo limpo”, colocando o socialismo e o capitalismo no mesmo barco, ou que preconizam um abandono de qualquer ideologia rumo ao “verde”, o *Ecossocialismo* segue um caminho diferenciado no qual integra as conquistas fundamentais do marxismo, desembaraçando-se porém, de suas escórias produtivistas, ressaltando a incompatibilidade entre a lógica de mercado e lucro e as exigências ecológicas planetárias (LOWY e BENSID, 2000).

A corrente ecossocialista defende a impossibilidade de um desenvolvimento sustentável nos moldes projetados pela economia capitalista de mercado, que se apoia no tripé: lucro econômico, justiça social e responsabilidade ambiental. Seu raciocínio baseia-se em dois argumentos essenciais:

- 1) O modo de produção e consumo dos países desenvolvidos não pode de modo algum ser estendido aos demais países, sob pena de colapso global a curtíssimo prazo.
- 2) A continuação do “progresso capitalista” e a expansão da civilização baseada na economia de mercado ameaçam diretamente, a curto ou médio prazos, a própria sobrevivência da espécie humana.

Com estes pressupostos o movimento ecossocialista defende a construção de um socialismo renovado e encaixado no meio ambiente natural e social, para o que reformas imediatas devem ser executadas, e que passam por:

- Aplicação de “ecotaxas” aos poluidores e não aos consumidores.
- Limitação severa das emissões de gases do efeito estufa, principalmente o gás carbônico.
- Favorecer reformas ecossociais centrada nas necessidades reais da população, respeitando-se os limites naturais regenerativos da natureza.
- Promoção de transportes coletivos em detrimento dos individuais.
- Ação sistemática contra o conjunto de dívidas e ajustamentos ultraliberais impostos pelo FMI e Banco Mundial aos países do Hemisfério Sul.
- Defesa da saúde pública contra a poluição do ar, da água ou dos alimentos, decorrentes da avidez das grandes empresas capitalistas.
- Redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego estrutural e direcionado a privilegiar o lazer.

Para Lowy, a causa é planetária e o esforço é coletivo, exigindo a associação de todos os movimentos sociais emancipadores, sejam de que cor, gênero, etnia, credo, ideologia forem. Um futuro diferente daquele resultante de uma tragédia previamente anunciada exige isso.

Economia do Estado Estacionário

Não é privilégio das ciências sociais a proposição de utopias para solucionar os problemas ambientais e sociais testemunhados atualmente, Cientistas e pesquisadores de outras áreas das ciências têm também colaborado nesse sentido, com planos de mitigação. Uma das propostas que tem chamado a atenção de ambientalistas, de autoria do cientista inglês Stephan Harding, é definida como *Economia do Estado Estacionário*, e foi apresentada inicialmente seu livro *Terra Viva*. Ela representa uma proposta utópica de ataque aos problemas ambientais, com várias abordagens consonantes com o *Ecossocialismo*. Harding, graduado em Zoologia e doutor em Ecologia pela Universidade de Harvard é atualmente coordenador do mestrado em ciência holística do Schumacher College na Inglaterra.

Harding (2006) acredita que para uma economia ser verdadeiramente sustentável teria que assegurar que a quantidade de mercadorias fluindo por meio da economia se reduziria ou ficaria num *estado estacionário*. Nessa perspectiva uma *Economia do Estado Estacionário* deveria ter quatro características principais:

- 1) Estabelecimento global de tetos para retirada dos recursos naturais para uso produtivo, definidos por meios científicos orientados de tal forma que garantissem ao planeta regenerar-se naturalmente.
- 2) Controle do mercado sobre a comercialização desses recursos máximos permitidos.

- 3) Limitação de quão rico um negócio ou país pode se tornar, forçando uma distribuição equitativa de riqueza entre os estados-nação, o que implicaria uma maior atenção aos países do Hemisfério Sul.
- 4) Garantir a manutenção da população global, evitando seu crescimento.

Como é facilmente perceptível, as características da *Economia do Estado Estacionário* se chocam frontalmente com os princípios capitalistas neoliberais de liberdade no mercado, maximização de lucro e acúmulo de capital, o que a torna realmente uma utopia, despertando reações dos defensores do modelo dominante. Harding vai mais além, propondo a valorização das comunidades locais que deveriam ser semi-autônomas, interligadas em uma rede nacional de economias locais. Cada comunidade teria um coordenador, ou líder local, responsável pelo fortalecimento dos laços sociais entre os seus membros e também com outras comunidades. Os lucros gerados circulariam principalmente no local e a produção de alimentos deveria seguir orientações orgânicas de cultivo, sendo que a produção excedente seria trocada com outras comunidades. As comunidades teriam suas próprias escolas, serviço médico, transporte e profissionais-artesãos. A energia seria gerada localmente a partir de sistemas de produção de energia renovável, como biomassa, solar e eólica.

O próprio autor reconhece que sua proposta é de difícil execução, mas não impossível. Sua viabilidade depende de um leque de abordagens, sendo algumas de responsabilidade da comunidade global, tais como a contenção da emissão de dióxido de carbono, e maior atenção aos países pobres. Há outras ações imprescindíveis em sua proposta:

- Uso intensivo do desenvolvimento tecnológico orientado à produção de energia limpa, à produção de alimentos, à ações para diminuir os efeitos do aumento do nível do mar e, principalmente, à uma ação drástica para conter as emissões de gás carbônico na atmosfera.
- Reforma ou desmantelamento dos principais instrumentos de guerra contra a natureza, como as corporações multinacionais, o FMI, o Banco Mundial, a OMC e assim por diante.
- Reeducação das pessoas, a partir de uma visão individual e consumista para uma perspectiva de *anima mundi*, um mundo no qual somos parte integrante.

Em seu trabalho, Harding também se posiciona contra as estratégias tecnológicas alimentadas pelo capitalismo, com soluções *high-tech* para as mudanças climáticas, que segundo ele são inviáveis e refletem crenças capitalistas de “salvação tecnológica” que estariam à disposição quando os problemas realmente se agravarem. Defende sua proposta com veemência, afirmando que se adotada globalmente, sua *Economia do Estado Estacionário* tem chances de sucesso, desde que governos participativos persigam as políticas que propôs, fazendo investimentos maciços em fontes renováveis de energia, reduzindo o transporte de mercadoria pelo mundo e articulando interações equilibradas com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sejam propostas nascidas de ideologias distintas, o Ecosocialismo e a Economia do Estado Estacionário possuem algumas características semelhantes entre si que merecem uma análise mais apurada. Ambas foram elaboradas tendo como foco a reorganização das forças sociais e das relações produtivas globais, contém um sentido de urgência para enfrentar as grandes e contínuas mudanças ambientais registradas nas últimas décadas, que têm impactado a sociedade global e aumentando a distância entre ricos e pobres. Nasceram da preocupação de pensadores contemporâneos preocupados com os rumos da sociedade planetária e sua relativa

alienação relativamente aos prognósticos científicos desalentadores sobre o futuro da humanidade. Os autores buscam se aprofundar na causalidade dessa complexidade fenomenológica representada pelas mudanças ambientais, com uma diversidade de nexos causais, antropocêntricos em sua maioria, conforme revelado e aceito majoritariamente pela comunidade científica mundial. A partir da constatação do “dedo humano” neste estado de coisas, os proponentes oferecem uma gama de ações e tarefas que deveriam ser atacadas para mitigar ou mesmo eliminar as causas primárias das mudanças, o que exige obrigatoriamente um repensar do mundo capitalista e da economia global de mercado, réus nesse crime.

Dessa forma, as duas propostas acabam convergindo para pontos comuns, como: a limitação severa das emissões de gases do efeito estufa, de forma a se ganhar tempo para a gigantesca tarefa reformista que se apresenta à humanidade; a necessidade de um maior controle sobre a produção acumulativa no mercado global, limitando o poder das multinacionais; o incentivo à produção alimentícia local; a limitação da exploração de recursos naturais; a reforma ou fechamento das principais instituições mundiais de apoio ao capitalismo, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC e finalmente, uma distribuição mais justa da riqueza produzida entre as nações, implicando uma maior atenção aos países do hemisfério sul. Ambas as propostas colocam de forma implícita a necessidade de uma desalienação da sociedade em relação a nossa atual realidade, através de políticas de reeducação orientadas à preservação de nosso ambiente natural e manutenção de todas as formas de vida em equilíbrio com a natureza.

Como ressaltado anteriormente, nunca antes na história da civilização humana assistiu-se a tantas mudanças sociais e ambientais como as que se tem presenciado na atualidade. Essas mudanças têm um caráter de malignidade, o que pode ser comprovado, por exemplo, pelo quinto relatório do IPCC (organismo da ONU que significa *Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas*), elaborado por milhares de cientistas e pesquisadores ao redor do mundo, emitido em maio de 2014, que atesta as profundas mudanças climáticas que estão ocorrendo no planeta e seus efeitos sociais, decorrentes da intensificação da exploração da natureza e da produção de bens e serviços na esfera global.

Reações crescentes contra este quadro sintomático têm se intensificado, pois há uma ameaça velada à continuidade da existência da humanidade, tal como a conhecemos, se esse estado de coisas continuar. Buscam-se encontrar soluções que mitiguem ou até mesmo revertam os efeitos danosos ao ecossistema planetário produzidos pelo capitalismo, considerado como o grande responsável pelas mudanças ambientais. Caminhos possíveis têm sido discutidos em nível local e internacional, mas se deparam com as reações de um sistema dominante que não deseja mudar. Porém o tempo, esse precioso e insubstituível componente de nossa civilização, está se esgotando para nós, pois os riscos alardeados pela comunidade científica devem ser levados a sério. No contexto dessas discussões apresentamos e analisamos sucintamente neste ensaio dois planos de mitigação para os problemas ambientais e sociais, intimamente interligados: O *Ecosocialismo*, proposta fundamentada em uma linha epistemológica neomarxista e a *Economia do Estado Estacionário*, nascido nas ciências biológicas. Inferimos dessa análise que apesar de suas origens distintas, as duas proposições almejam recolocar o homem e as demais formas de vida em equilíbrio com o meio ambiente. Com esta visão comum, apresentam naturalmente algumas semelhanças entre si, que foram devidamente apresentadas. Finalizando este trabalho, justifica-se sua linha investigativa ao se defender perante o leitor que, a despeito do poder do sistema capitalista, com sua persistência no *status quo* e ação alienante dos consumidores, nota-se um aumento na conscientização social a respeito de nossa difícil situação ambiental e social, para o que trabalhos corajosos e renovadores têm contribuído.

REFERÊNCIAS

- BOFF, L. **Ecologia-Mundialização-Espiritualidade: a emergência de um novo paradigma**. São Paulo: Ática, 2002
- CAPRA, F. **O Tao da Física**, Lisboa: Editorial Presença, 1989
- CREDIT SUISSE – Research Institute. **Global Wealth Report 2013**. Disponível em <<https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C83>>. Acesso em 30 de maio de 2014
- FRANKEL, B. **Los Utopistas Postindustriales**, Buenos Aires: Nueva Visión, 1988
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005
- HARDING, S. **Terra Viva – Ciência, Intuição e Evolução de Gaia**, São Paulo: Cultrix, 2006
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**, São Paulo: Perspectiva, 1987
- LOVELOCK, J. **The Revenge of Gaia**, London: Penguin, 2006
- LOWY, M. e BENSAID, D. **Marxismo, Modernidade e Utopia**, São Paulo, Xamã, 2000
- MARX, K. **O Capital – Vols. I e II**, São Paulo: Nova Cultural, 1996
- MENEGHETTI, F. K. **O que é um ensaio teórico?** Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac> RAC, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, Mar./Abr. 2011.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>. Acesso em 02 de junho de 2014
- MILANEZ, F. **Desenvolvimento Sustentável, in: A Outra Economia**. CATTANI, A.D, Porto Alegre: Veraz editores, 2003
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum de 1987**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em 10 de junho de 2014
- SZACHI, J. **As Utopias ou a Felicidade Imaginada**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972
- WANDERLEY, L.E.W. **Educação Popular: Metamorfoses e Veredas**, São Paulo: Cortez, 2010